

FALÁCIA DEMOCRÁTICA: UMA REFLEXÃO SOBRE O PARADIGMA ESTRUTURAL BRASILEIRO

Recebido em: 03/01/2023
Aceito em: 03/02/2023
DOI: 10.25110/rcjs.v26i1-001

José Ricardo Rosa dos Santos ¹
Juliana Oliveira da Silva ²

RESUMO: Este ensaio tem como objetivo demonstrar que a cultura dominante reforçada por meio das estruturas simbólicas reproduz na sociedade uma realidade desigual, tornando contraditória e ambígua a própria noção de democracia. Trata-se de uma revisão de literatura, utilizando pesquisa bibliográfica e eletrônica. Tomou-se como base teórica autores como Santos (2007), Freire (2002), Nidelcoff (1999) e Habermas (1997). A pesquisa mostrou que é necessário um trabalho de conscientização sobre a importância da participação democrática direta, pregada por Habermas, através de uma educação dialética cujo objetivo seja a justiça social.

PALAVRAS-CHAVE: Estrutura; Cultura; Educação; Democracia.

DEMOCRATIC FALLACY: A REFLECTION ON THE BRAZILIAN STRUCTURAL PARADIGM

ABSTRACT: This essay aims to demonstrate that the dominant culture reinforced through symbolic structures reproduces an unequal reality in society, making the very notion of democracy contradictory and ambiguous. This is a literature review, using bibliographic and electronic research. Authors such as Santos (2007), Freire (2002), Nidelcoff (1999) and Habermas (1997) were taken as a theoretical basis. The research showed that it is necessary to raise awareness about the importance of direct democratic participation, preached by Habermas, through a dialectical education whose objective is social justice.

KEYWORDS: Structure; Culture; Education; Democracy.

FALACIA DEMOCRÁTICA: UNA REFLEXIÓN SOBRE EL PARADIGMA ESTRUCTURAL BRASILEÑO

RESUMEN: Este ensayo pretende demostrar que la cultura dominante reforzada a través de estructuras simbólicas reproduce una realidad desigual en la sociedad, haciendo que la propia noción de democracia sea contradictoria y ambigua. Se trata de una revisión de la literatura, utilizando investigación bibliográfica y electrónica. Se tomaron como base teórica autores como Santos (2007), Freire (2002), Nidelcoff (1999) y Habermas (1997). La investigación mostró que es necesario concienciar sobre la importancia de la participación democrática directa, predicada por Habermas, a través de una educación dialéctica cuyo objetivo sea la justicia social.

¹ Doutor em Ciências da Educação pela Universidade Americana (UA) - PY. Doutorando em Memória, Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Instituto Federal Baiano – Campus Uruçuca. E-mail: jose.ricardo@ifbaiano.edu.br.

² Especialista em Educação Científica e Cidadania pelo Instituto Federal Baiano - Campus Uruçuca. E-mail: julycoachingfmt@gmail.com.

PALABRAS CLAVE: Estructura; Cultura; Educación; Democracia.

1. INTRODUÇÃO

O presente ensaio propôs apresentar uma reflexão acerca da fragilidade democrática fomentada pelo modelo estrutural político, econômico e social no Brasil, ressaltando a escola pública como campo de reforço da cultura dominante e, a necessidade de novos posicionamentos da educação para a formação de cidadãos politizados, considerando como primordial os princípios éticos universais na construção de uma nação com um viés mais participativo e democrático.

Torna-se cada vez mais necessária a ampliação das discussões sobre o contexto político brasileiro e seu sistema educacional, o qual por muitas vezes serve de aparelho reprodutor de uma estrutura vigente. A pesquisadora, inquieta com a fragilidade dos atores sociais diante de uma cultura forte e alienante, sentiu-se estimulada a refletir e difundir suas ideias no âmbito acadêmico, científico e social, para assim, gerar possibilidades de debates, reflexões e transformações de ordem política e social.

A criticidade na educação pode contribuir para formação de cidadãos ativos e conscientes da influência de sua práxis no âmbito histórico-social e, para o engajamento de um novo modelo político com uma realidade mais equitativa. Enfatiza-se que a ética deve está imbuída na educação popular, para que a transmissão do conteúdo em pauta seja apresentada de forma inteligível, possibilitando uma melhor comunicação e reflexão sobre alternativas voltadas ao bem-estar da coletividade.

A democracia deliberativa defendida por Jürgen Habermas parte do princípio que a razão não é meramente instrumental nem apenas transcendência, mas é comunicativa. Para Habermas (1997) o empoderamento popular deve se fundamentar na liberdade comunicativa que consiste na capacidade que tem os cidadãos de chegar a um acordo racionalmente motivado por meio da livre discussão de temas e argumentos, pela formação democrática da opinião e da vontade. Defende-se que é preciso definir valores de solidariedade, empatia e respeito ao sujeito que conduzam construção a uma sociedade mais justa, no entanto, é preciso um forte trabalho de sensibilização dos indivíduos da realidade que estão imerso.

Percebe-se que o pensamento neoliberal se fortaleceu no Brasil na década de 90, marcado pela aceitação do rigor da racionalidade econômica, onde as grandes firmas ditavam as regras do mercado e, o Estado utilizava o seu poder de supremacia pra

legitimar condições materiais e práticas da estrutura de classes. Enquanto isso as pessoas comuns cultivavam a esperanças nas promessas neoliberais de que os progressos científicos e tecnológicos explicariam e resolveriam as desigualdades sociais.

Na segunda metade do século XXI a crença no modelo cientificista como o redentor da humanidade passa a ser contestado, pois o progresso postulado pelas elites globais conduziu ao alargamento de problemáticas ambientais, concentração de renda, exclusão das classes populares e supressão de direitos básicos. No entanto os economistas convencionais continuam convictos que os resultados do crescimento econômicos a longo prazo implicará no benefícios de todos. Ademais, o que se percebe neste contexto é a noção de cidadania sendo escalmoteada em nome do progresso de uma minoria.

O modelo político e cívico brasileiro também se alienou ao capitalismo, na medida em que o Estado passou a outorgar as grandes instituições econômicas o poder de decisões sobre os bens, direitos e valores contribuindo para que as relações sociais passassem a ser percebidas como mercadorias através da ética do mercado. Neste sentido o forte corporativismo preponderante nas decisões políticas apontam para o descrédito na democracia representativa.

De acordo com Howlett; Ramesh e Perl (2013, p.67)

Quando se trata de eficácia da policy-marking e da implementação, a situação mais desejável para o Estado é que tanto ele quando a sociedades sejam fortes, com estreita parceria entre ambos, dessa forma maximizando e dando equilíbrio tanto à capacidade como à autonomia política ao estado.

No caso do Brasil, onde tanto o Estado quanto à sociedade civil demonstram serem fracos, as políticas formuladas e implementadas geralmente são inconsistentes, incrementais, de curto alcance e expressam em seu conteúdo interesses de mercado e não das demandas sociais. Santos (2007), alerta para situação dos direitos políticos e sociais no Brasil, estruturado por modelo econômico que marginaliza milhões de pessoas em prol de um suposto progresso coletivo, que legitima o poder de poucos, o que remete a seguinte reflexão: O Brasil é de fato um país democrático?

O descalabro de desigualdades advindo da manutenção da cultura burguesa tornou ainda mais perceptível à necessidade de posicionamentos de criticidade diante do ideário neoliberal e prefigura tanto a necessidade valores éticos universais capazes de romper com ética mercadológica, quanto à participação ativa dos cidadãos para formação de uma sociedade mais justa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O espectro da cultura dominante

A palavra cultura do latim (Colere) tem sua origem etimológica localizada em cultivar, preparar a terra, plantar. No entanto, teve seu sentido modificado de sua denominação inicial através de uma analogia entre a agricultura que envolve o cuidado e o tratamento do plantio, com o desenvolvimento das capacidades intelectuais e educacionais das pessoas, passando com isso a designar o “cultivo da mente e dos conhecimentos”.

Chinoy (1962, p. 26) *apud* Nidelcoff (1999, p. 33) expõe que, “em sua acepção sociológica, cultura se refere à totalidade daquilo que os indivíduos aprendem, enquanto membros em uma sociedade; é um modo de vida, de pensamento, de ação e de sentimento”.

É importante compreender que não existe uma única forma de se receber valores nem um único modelo cultural, seja em função das diferenças regionais ou pelas diferentes classes às quais pertencem os indivíduos a cultura sofrerá variações. Portanto, a cultura é o reflexo da concepção que determinada nação tem da sociedade e do homem.

Na nação brasileira ou em qualquer outra nação onde prepondere a sociedade de classes, a cultura não é um fenômeno que aparece isolado na nação em si e seus aspectos de pluralidade são subjugados aos padrões da cultura burguesa, ou seja, a cultura do seu povo é resultado em parte de uma aculturação, refletindo a aplicação de um conjunto de conhecimentos instrumentais que influenciam as dinâmicas internas e externas a cada pessoa, grupo e espaços. Desta forma, a cultura dominante se impõe como forma legítima de se conhecer, de fazer e conviver, reprimindo os hábitos e comportamentos das camadas inferiores.

Brandão (2003, p.4) enfatiza que,

a educação do colonizador, que contém o saber de seu modo de vida e ajuda a confirmar a aparente legalidade de seus atos de domínio, na verdade não serve para ser a educação do colonizado. Não serve e existe contra uma educação que ele, não obstante dominado, também possui como um dos seus recursos, em seu mundo, dentro de sua cultura.

A cultura científica moderna que desponta no início do século XIX, nas transformações do arcabouço da sociedade é algo que merece bastante atenção. Sua gênese remonta o século XVIII quando os iluministas introduziram uma série de ideias que marcam a ruptura da busca teleológica em favor da ciência acabada e detentora da

verdade absoluta. O movimento cultural iluminista surgiu como uma alternativa crítica ao modelo absolutista, marcado pelo forte interesse da burguesia com o ideal libertário, onde se defendia a emancipação social das determinações mercantilistas e religiosas, objetivando, sobretudo ocupar o poder e privilégios recebidos pela nobreza e o alto clero. Observa-se nesse contexto a estruturação de uma dialética redutora de vieses populares em favor da razão instrumental conjecturada por René Descartes e, não mais a dialética para busca verdade do indivíduo ético postulada pela escola Aristotélica.

Nas últimas décadas do século XX temos um pensamento liberal mascarado de Pós-modernidade e de codinome neoliberalismo, onde surgem diversos “revolucionários” estruturalistas e cujas aparentes críticas tangentes a interpretações das literaturas convencionais apontam para mesma estruturação social, para além, incide um grande esforço dos teóricos econômicos tradicionais de apagar a história no tempo, fragmentando o conhecimento, gerando distorções e ambiguidades da realidade. Ignorando fatos sociológicos através da construção de uma Ética abstrata ou assumindo um discurso fatalista e retórico de que as desigualdades são condições inerentes do processo de produtividade, competitividade e lucratividade. As grandes economias dominam o jogo e se tornam referências para os países subdesenvolvidos, que aspiram em se tornar como elas, tal cultura materialista é incorporada no Brasil como ideologia e transforma o cidadão em mero consumidor, as próprias relações dos indivíduos são vistas como mercadorias. Adorno (2002) diz que neste contexto a indústria cultural tem o papel primordial de montar estratégias que atraiam o maior número de consumidores, criando a ilusão do novo para vender os mesmos produtos. O autor enfatiza que o capitalismo possui um grande poder de transformação e adaptação o que lhe permite marginalizar ou incorporar o que não pertence ao seu projeto.

A desvalorização da cultura popular, subjugada pela cultura burguesa impõe padrões de conhecimentos e técnicas a serem seguidos reforçando a tendência de reprodução deste modelo classista. As instituições que coordenam as interrelações humanas na sociedade funcionam como mecanismos e estruturas simbólicas que sufocam o oprimido e criam o desejo de torna-se opressor. Para Nidelcoff (1999, p. 40) As classes populares só criarão uma autêntica cultura que se expresse quando se libertarem do jogo que vive atualmente no próprio processo de libertação, já que uma classe não pode se expressar de maneira criativa dentro de uma situação de opressão.

Bourdieu (1970) traz a questão do ciclo de reprodução capitalista em todos os campos da ação humana, político, econômico, religioso, empresarial e sobretudo o escolar, mostrando como os diferentes aspectos destas estruturas reforçam a cultura da classe dominante, ao passo que a ordem simbólica contribui para manutenção de classes. Destaca que o *Habitus* “cultura legítima” pode influenciar nas preferências dos indivíduos, através da incorporação ao conjunto de conhecimentos prévios adquiridos pela vivência e valores compartilhados pelos grupos com os quais interagem. O autor demonstra um grande esforço teórico para descrever como funcionam as estruturas simbólicas e como se daria superação da dicotomia entre a visão fenomenológica e a visão objetiva, por meio da dialogicidade praxiológica. No entanto, assume o discurso pessimista comum entre os estruturalistas, alertando que os campos estruturais seriam lugar de muitos conflitos para obtenção de poder simbólico e o *habitus* seria um balizador desses conflitos moldando as preferências individuais que devem ser internalizadas, assumindo o status dos motivos gerais ou restrições de comportamento.

A ótica construtivista estruturalista defendida por Bourdieu adota os interesses emancipatórios para o abandono da obscuridade determinística, no entanto se comporta de forma objetiva em favor da teoria pura que conduz ao mesmo viés estrutural, como contraponto a teoria crítica na perspectiva Habermasiana (1997) mostra a possibilidade de romper com o paradigma dominante, por meio conscientização dos indivíduos comuns dos vínculos entre conhecimento objetivo e interesses dominação de forma a incluí-los enquanto cidadãos no processo de decisões políticas que conduzam a reais condições de bem estar coletivo.

Atualmente as ideias instrumentais apontam um declínio tanto pela complexidade das estruturas e insustentabilidade do sistema que se tornaram mais latente exigindo um esforço cada vez maior para que o sistema capitalista assuma novas configurações, quanto pelo próprio descrédito nas promessas que passa a ser vista como uma nova ortodoxia. Defende-se que ação comunicativa postulada por Habermas pode possibilitar a inclusão dos cidadãos no processo de construção de uma realidade mais equitativa, com vista à participação social politizada. Tal processo vislumbra uma acessibilidade ao conhecimento objetivo e a atuação consciente das camadas populares na construção de um conhecimento mais abrangente.

2.2 Educação e Politicidade

As análises dos desafios enfrentados pelas escolas públicas devem levar em consideração as mudanças políticas delineadas pela cultura capitalista evitando que estas se apresentem de forma superficial ou descolada da realidade. O pensamento neoliberal no Brasil caracterizou-se pelo desmonte do patrimônio público em favor das políticas de privatizações, assim, as iniciativas privadas cresceram no país e os investimentos nos setores públicos, sobretudo, na escola pública são perpassados por interesses de mercado. A consolidação do Estado avaliador com fixação de parâmetros para medir a qualidade do ensino, novas diretrizes de flexibilização curricular, fragmentação das áreas das disciplinas e a preparação técnica dos alunos, tal qual a abertura da universidade aos financiamentos empresariais com incentivos a pesquisas utilitaristas são discursos e práticas que circundam a visão progressista de democratização do ensino.

Na medida em que se consolida um modelo de escola padronizado com pretensão de ofertar um ensino igualitário numa sociedade de classes, onde não se oferece as mesmas condições práticas e materiais para todos, a escola que promete uma democratização, gera um efeito reverso, pois ao contrário de provocar mudanças sociais reforça e sustenta a mesma estrutura, ou seja reproduz a mesma ideia liberal sob figurino da pós-modernidade.

A meritocracia que prepondera nas instituições públicas de ensino difunde a ideia de senso comum que para obter sucesso basta força de vontade e aproveitar as oportunidades que a escola oferece, ignorando que o grande contingente dos alunos que recebe, partem de realidades distintas e possuem lacunas do capital cultural que é valorizado por esta instituição, por vez trazem conhecimentos prévios da cultura popular que são reprimidos e marginalizados dentro do próprio âmbito escolar.

Com relação à escola Nidelcoff (1999, p.10) expõe que a mesma,

[...] vai tratar a todos por igual. Entretanto, eles NÃO SÃO IGUAIS. Em função disso, para uns tanto será suficiente aquilo que a escola lhes dá; para outros não. Uns triunfarão, outros irão fracassar.

Esse triunfo confirmará aqueles que a sociedade ofereceu meios para triunfar. E o fracasso geralmente confirmará o desprezo àqueles que a sociedade condicionou como inferiores.

A escola tende a reproduzir no seu interior as desigualdades estruturais da sociedade levando os indivíduos a repetirem comportamentos, gostos e valores da cultura legitimada contribuindo desta forma para manter as relações de dominações sociais.

Ademais, essa reprodução ocorre de forma inconsciente, pois os conteúdos curriculares difundidos pelos professores são transmitidos sem criticidade e apresentam conhecimentos que a maioria dos alunos não detém. Para Bourdieu (1970) o capital cultural que é adquirido pelos alunos fora do ambiente escolar pelo *habitus* vai assegurar que o acesso à cultura legítima seja facilitado a uns pela familiaridade e dificultada a outros aos que estão socialmente distantes do *habitus*.

Desde a revolução Francesa no século XVIII o espectro político na França dividiu-se entre grupos direita e esquerda. Desta forma, devido à associação histórica entre o termo direita com o monarquismo, alguns teóricos como Bourdieu tendem a evitar se descrever oficialmente como representantes da direita. A leitura da obra Bourdieu (1970) reflete momentos distintos do autor onde prefigura-se um Bourdieu crítico do sistema escolar, que acreditava que o posicionamento praxiológico dos professores permitiria romper com marginalização e desigualdades. Neste sentido alerta que o conhecimento instrumental comunicado por meio das estruturas simbólicas pode ser visto como mecanismo de poder com capacidade de interiorizar e reproduzir na sociedade e nos indivíduos a estrutura de sua ordem.

Em outra fase Bourdieu (1970) adota uma visão fatídica mostrando que a tentativa e esforços populares de superar a marginalização são dotados de interesses concretos e torna-se impossível devido a dinâmica de mudanças da cultura dominante. Nessa perspectiva o Habitus(cultura dominante) deve ser compreendido e assimilado como cultura legítima, pois se constitui como a única forma de equacionalização os interesses individuais em interesses coletivos.

No entanto Freire (2002, p.11) nos alerta que,

A ideologia fatalista, imobilizante, que anima o discurso neoliberal anda solta no mundo. Com ares de pós-modernidade, insiste em convencer-nos de que nada podemos contra a realidade social que, de histórica e cultural, passa a ser ou a virar “quase natural”. Frases como “a realidade é assim mesmo, que podemos fazer?” ou “o desemprego no mundo é uma fatalidade do fim do século” expressam bem o fatalismo desta ideologia e sua indiscutível vontade imobilizadora. Do ponto de vista de tal ideologia, só há uma saída para a prática educativa: adaptar o educando a esta realidade que não pode ser mudada. O de que se precisa, por isso mesmo, é o treino técnico indispensável à adaptação do educando, à sua sobrevivência.

A visão neoliberal tornou-se a nova ortodoxia responsável por produzir indivíduos apáticos, assim apenas o exercício contínuo do saber-fazer da auto reflexão crítica e o saber-ser da sabedoria, podem nos auxiliar a fazer a necessária leitura crítica das

verdadeiras causas da degradação humana e da razão de ser contida no discurso fatalista da globalização. Parafraseando Freire (2002) a educação não pode ser domesticadora, mas uma arma de emancipação, portanto o ato de ensinar exige o reconhecimento da educação como instrumento ideológico, exige uma criticidade dos sujeitos envolvidos com o mundo que os cerca. Ademais, exige reconhecer que a educação muitas vezes manifesta interesses da ética de mercado. O verdadeiro educador ajuda o educando a enxergar as contradições e a perceber-se como ser condicionado fazendo com a educação seja libertadora para este cidadão.

Ainda segundo Freire (2001, p. 25),

Além de um ato de conhecimento, a educação é também um ato político. É por isso que não há pedagogia neutra. Não basta dizer que a educação é um ato político assim como não basta dizer que o ato político é também educativo. É preciso assumir realmente a politicidade da educação. Não posso pensar-me progressista se entendo o espaço da escola como algo meio neutro, com pouco ou quase nada a ver com a luta de classes, em que os alunos são vistos apenas como aprendizes de certos objetos de conhecimento aos quais empresto um poder mágico. Não posso reconhecer os limites da prática educativo-política em que me envolvo se não sei, se não estou claro em face de a favor de quem pratico. O a favor de quem pratico me situa num certo ângulo, que é de classe, em que divisa o contra quem pratico e, necessariamente, o por que pratico, isto é, o próprio sonho, o tipo de sociedade de cuja invenção gostaria de participar.

A Educação voltada à participação cidadã pode ser compreendida no cerne de formação do homem no sentido de humanizá-lo, tornando-o um ser ético e politizado, que contribua para construção de uma sociedade mais equitativa e com viés participativo e democrático, para tanto, é fundamental a comunicação entre saberes esteja clara e que a tarefa da educação seja orientada por valores solidariedade, empatia e respeito ao indivíduo e não em valores que tornaram latentes o triunfo de uma ética de mercado voltada para competição, individualismo e tecnicidade. Para além, torna-se importante um forte trabalho de inclusão que ofereça condições materiais e práticas para que uma verdadeira democratização da educação seja criada.

2.3 Democracia ou Matizes Democráticas?

A palavra democracia vem do grego *demos* (povo) *kracia* (governo), ou seja, governo onde o povo exerce sua soberania. Na Grécia Antiga existia uma grande preocupação com a formação de cidadãos para participação política, apesar disso o aspecto moral da época não permitia que a perspectiva de cidadania plena fosse exercida.

No entanto, os debates atuais que envolvem a temática reascendem a necessidade de um escopo político com base na participação popular direta.

O cenário de crise no Brasil assim como próprio sentido da palavra democracia traduzido de forma obscura incute se de fato vivemos em um país democrático. Geralmente a abordagem desta temática nos livros ou nas escolas, onde são produzidas as perspectivas populares do que significa democracia, deixam uma enorme lacuna sobre a objetividade com que os liberais e neoliberais se apropriam desse sistema, pois se apresentam sem associações das intencionalidades dos fatos históricos-políticos.

Santos e Silva (2017, p.7) expõe que,

[...] o Brasil está vivenciando o ápice de uma crise ética que infere em todos os campos da sociedade, sobretudo, no meio político e democrático marcados por manobras de Estado, escândalos de corrupção e reformas que configuram verdadeiros retrocessos nos direitos conquistados por décadas, os quais, revelam uma democracia falaciosa criada para alimentar a ilusão de cidadania falseada.

O sistema de capital em crise exige uma democracia direta, logo após a consolidação da nova configuração postula uma democracia representativa, mas tanto no Estado como Soberano, quanto na soberania “popular” o poder aliena-se ao mercado, tais matizes surgem de forma instrumental reproduzindo o ciclo da ordem dominante. A realidade atual que imerge o cidadão e emerge o consumidor reclama um processo democracia direto, que se expressa na criação de espaços públicos para que as decisões políticas possam ser tomadas de forma discutida e consensual com a sociedade civil.

Para compreender como o liberalismo e a democracia dois sistemas aparentemente antagônicos passaram a coexistir numa mesma nação é preciso analisar de forma epistemológica quando e como passam a ser incorporados e qual intencionalidade.

Para Howlett; Ramesh e Perl (2013, p. 65),

Na medida em que o liberalismo e seu corolário o capitalismo, se referem a direitos individuais e a democracia se refere a direitos coletivos, os dois estão em posições fundamentalmente contraditórias, não obstante a expressão comum “democracia liberal”, muitas vezes usada para descrever países com os dois sistemas em funcionamento.

De fato a simples descrição destes ideais nos leva a inferir que o liberalismo e a democracia representam visões distintas, no entanto, observando o contexto das relações sociais no qual ocorre a simbiose destes dois termos surgem alguns esclarecimentos. O conceito de democracia adotado pelos liberais descende dos ideais iluministas em um

período cuja monarquia estava declínio na Europa Ocidental e a burguesia lutava para se estabelecer no poder, neste momento os contratualistas construtivistas formulavam leis fundamentadas em pressupostos com vista à formação de um novo modelo de homem e sociedade. Desta forma as associação de democracia e liberalismo estão vinculadas ao período histórico-político em que foram constituídas, bem como aos dilemas vividos pelos doutrinadores

Para Hobbes (1991) antes de conhecer o Estado (Soberano) o homem precisaria liberta-se das determinações e conhecer os desejos que realmente os move. O homem idealizado por Hobbes é ruim por natureza, portanto homem no seu estado de direito usufruindo sua plena liberdade viveria em conflito constante, desta forma propõe a criação do Estado, onde os cidadãos através de um contrato alienariam seus direitos individuais em troca segurança. O processo político nessa perspectiva marca a luta da burguesia para programação do aparelho Estatal.

Para Locke o homem no estado de direito natural era neutro e a sociedade teria uma inclinação a ser boa, apesar da essência do individuo no seu estado de liberdade ser boa existia a necessidade de três coisas; leis, juízes imparciais para julgar e medidas coercitivas. Locke vai propor a criação das eleições integrando liberalismo e democracia. Observa-se neste momento uma canonização da separação entre sociedade civil e o Estado e uma concepção romântica da sociedade (burguesia).

O pensamento político de Rousseau marca o período de transição da monarquia para a burguesia. O autor parte do pressuposto de que no estágio libertário o homem é bom, em contrapartida a sociedade irá corrompê-lo, a obra de Rousseau mostra contradições e ambiguidades do seu pensamento algumas vezes visto como reacionário, onde através da reflexão crítica mostra a necessidade de superar a democracia representativa, pois a ideia de liberdade era ilusória já que não era o povo quem decidia e exercia sua soberania. No entanto Rousseau (1980) por meio do contrato propõem a abstração das vontades de todos em favor da vontade geral, assim, Rousseau demonstra que a soberania “do povo”, tal qual defendia na verdade eram interesses da burguesia disfarçados, tanto para programar o Estado, quanto para adquirir o direito inalienável da propriedade privada.

Rousseau (1980, p.32) justifica que,

Há, às vezes, diferença entre a vontade de todos e a vontade geral: esta só atende ao interesse comum, enquanto a outra olha o interesse privado, e não é senão uma soma das vontades particulares. Porém, tirando estas mesmas

vontades, que se destroem entre si, resta como soma dessas diferenças a vontade geral.

Apesar de Augusto Comte ser considerado pai do positivismo tais traços já se encontravam no pensamento desses autores, por meio do racionalismo exarcebado representam. Habermas (1997) traça um paralelo demonstrando que democracia não se restringe a mera escolha de um representante político, e que o Estado de direito não é um campo onde só ocorrem conflitos. Assim, destaca a importância da ação comunicativa que consiste na dialogicidade crítica do conteúdo político, permitindo que todos os indivíduos possam participar das decisões de forma consciente, chegando a alternativas de forma consensual pela livre vontade.

5. METODOLOGIA

O ensaio trata-se de uma análise bibliográfica com abordagem qualitativa, onde articula-se produções que enfocam a temática Democracia, Cidadania, Educação e ética sob a luz de reflexões estruturais, a revelar os principais desafios enfrentados no Brasil na atualidade, que buscam através do tratamento epistemológico do conhecimento, uma conscientização do cidadão e engajamento em participação política direta. Ao todo trabalhou-se com 13(treze) produções científicas, sendo 11 (onze) livros e 2 (dois) artigos eletrônicos. Destas produções, 3 (três) livros e 1 (um) artigo tinham a temática educação e ética, 2 (dois) livros abordavam sobre cidadania e 7(sete) livros referentes à democracia.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O termo democracia foi apropriado pelo sistema de capitais e vem sendo utilizado para fins bem distinto do que foi criado inicialmente. Esta nuance democrática sugere interpretação ambígua tanto no sentido prático quando no significado, tornando-se uma variável perigosa, onde em alguns momentos se comporta de forma “reacionária” criando uma percepção ilusória de soberania popular e defesa de direitos e da participação política direta, já em outros momentos toma forma de uma equalizadora de interesses antagônicos, no entanto, obedece a mesma lógica estruturada pelo mercado. Por isso a necessidade de questionar não apenas o tipo de democracia mais a serviço de quem esta se coloca.

O conceito de democracia deve ser entendido não apenas de forma fenomenológica como muitas vezes é abordada nos livros e na escola, mas a partir do

contexto histórico-político. No caso da democracia deliberativa para e pela participação direta dos cidadãos na decisão políticas isso é imprescindível. Esta perspectiva habermasiana mostrar que a verdadeira soberania popular deve se basear na liberdade comunicativa e busca romper com a visão democrática autoproclamanda inovadora mais que de fato fomentam as condições dominantes.

Percebe-se que a verdadeira democratização da escola não se estabelece apenas por discursos ou pela oferta de ensino igualitário, mas sim na medida em que a estrutura social oportuniza reais condições materiais e práticas para que todos os indivíduos possam ser inclusos e não apenas integrados ao meio social, político e econômico. Assim postula-se um posicionamento crítico da escola com vista à formação de cidadãos éticos, politizados e mobilizados na busca de uma realidade mais equitativa.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor, 1903-1969. **Indústria cultural e sociedade** / seleção de textos Jorge Mattos Brito de Almeida traduzido por Juba Elisabeth Levy... [et al.]. — São Paulo Paz e Terra, 2002.

BOURDIEU, Pierre. PASSERON, Jean-Claude Passeur. **A reprodução: elementos para teoria do sistema de ensino**. São paulo: Vozes, 7 ed. 1970.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. 43. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 11a Edição, São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. 6a edição, São Paulo: Cortez, 2001 (a) (Coleção questões da nossa época; v.23).

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. Vol.1. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M; PERL, Anthony. **Política Pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

HOBBS, Thomas. **Leviatã: Ou Matéria, Forma e Poder de Uma República Eclesiástica e Civil**/ traduzido por Richard Tuck- São Paulo: Martins Fontes 1991.

LOCKE, John. Segundo Tratado sobre o Governo Civil; Ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil. **Introd. J.W. Gough. Trad. Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Petrópolis: Vozes, 1994.**

NIDELCOFF, María Teresa. **Uma escola para o povo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

ROSSEAU, Jean Jaques. **Do contrato social**. Tradução de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultural, 1980.

SANTOS, José Ricardo Rosa dos; SILVA, Juliana Oliveira da. **As contribuições da ética para uma nova perspectiva de equidade social**. In: Anais do I Seminário de Pós Graduação do IF Baiano Campus Uruçuca - Ética, Tecnologias e Sustentabilidade. Anais...Uruçuca(BA) IF Baiano, 2017. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/posifbaianourucuca/77180-AS-CONTRIBUICOES-DA-ETICA-PARA-UMA-NOVA-PERSPECTIVA-DE-EQUIDADE-SOCIAL>>. Acesso em: 05/07/2018 02:34

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. - 7. ed. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.